



FACULDADES DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROFESSORA ORIENTADORA: CLÁUDIA BUSATO

AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NOS DISCURSOS DOS PRESIDENTES

ALUNO: THIAGO FERREIRA MACHADO
MATRÍCULA: 2036376/9

THIAGO FERREIRA MACHADO

AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NOS DISCURSOS DOS PRESIDENTES

Monografia apresentada como um dos requisitos para a conclusão do curso de bacharel em Comunicação Social do Centro Universitário de Brasília.

Brasília, Junho de 2006.



FACULDADES DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROFESSORA ORIENTADORA: CLÁUDIA BUSATO

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA
PROFESSORA ORIENTADORA Profª Cláudia Busato	
PROFESSOR CONVIDADO Profº Paulo Paniago	
PROFESSORA CONVIDADA Profª Úrsula Diesel	
MENÇÃO FINAL:	

BRASÍLIA, Junho de 2006.

Thiago, Ferreira Machado.

As Representações da Pobreza nos Discursos dos Presidentes / Thiago Ferreira Machado. Brasília: CEUB / Curso de Comunicação Social, 2006.

IX, 70 p.

Monografia – Centro Universitário de Brasília, CEUB, Curso de comunicação Social, 2006.

1. Política do Brasil. Governabilidade. Pobreza – Brasil.

Dedicatória

A Deus, o grande e verdadeiro responsável pela conclusão de mais uma etapa. O proprietário de toda essência do meu ser.

A pessoa número "1" da minha vida, minha esposa, minha eterna princesa. Vanessa, que além de linda carrega dentro de si a razão do meu viver, o meu filho, aquele pelo qual eu descarrego todo meu amor e dedicação.

A minha família, meus pais e meu irmão. Pessoas que eu amo muito e estarão comigo independente de onde e como eu estiver.

Ou seja, dedico esta monografia aos meus cinco verdadeiros amigos.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado condições de cursar uma faculdade, sem a vontade dele nada seria possível. A minha esposa, que página por página desta dissertação esteve ao meu lado. Ao meu filho, que ilumina a minha vida e me motiva a fazer sempre o melhor. Agradeço também a minha cunhada que sem medir esforços me ajudou a concluir esta monografia.

Resumo

Por que a pobreza não é um mal que pode ser extinto do vocabulário dos brasileiros? Esta monografia resume-se a encontrar uma das tantas respostas para esta problemática, que é o grande pesadelo desta nação. Uma resposta convincente que faça o leitor entender porque a pobreza é flagelo dos homens, contra os próprios homens. Os resultados deste trabalho unirão a pobreza herdada pelos brasileiros com o talento na arte do convencimento, uma correlação que traçada em uma linha horizontal dentro de dois discursos presidenciais – o de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva – demonstram que a pobreza é uma ferramenta da retórica dos discursos de posse presidencial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1 - AS FACES DA POBREZA	12
1.1 Heranças da colonização	13
1.2 As causas da pobreza	14
1.2.1 Pobreza como ferramenta	17
1.3 Pobreza e Poder	19
1.3.1 Pobreza Política	20
Capítulo 2 - A RETÓRICA E O PODER	22
2.1 Retórica	22
2.1.1 Origens	22
2.1.2 Definição	24
2.1.2.1 Retórica X Oratória	25
2.1.2.2 Retórica e Dialética	26
2.1.3 Retórica e política	27
2.1.4 Retórica e imprensa	30
Capítulo 3 - ANÁLISE DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DA REPÚBLICA BRASILEIRA	32
3.1 O discurso do poder	32
3.2 A imbricação entre sujeito e ideologia	35
3.2.1 Fernando Henrique Cardoso	35
3.2.2 Luiz Inácio Lula da Silva	36
3.3 O discurso de posse	37
3.4 O interjogo: retórica política x pobreza brasileira	39
3.4.1 A retórica de FHC	39
3.4.2 A retórica de Lula	41
3.5 Análise dos discursos	45
3.5.1 Tipos de discurso	50
CONCLUSÃO	53
ANEXOS	55

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 69

Introdução

Esta monografia carrega um contexto que se confunde com o desejo particular de seu autor. Trata, entre tantas tentativas, do desafio de trilhar uma alternativa que exponha uma das respostas para o questionamento que perturba o sono de todos: por que entra e sai governo e a pobreza ainda é o pesadelo dos brasileiros? Diante de diferentes ideais, partidos e presidentes é incompreensível que as proposições e conclamações acerca do tema pobreza estejam presentes em todos os discursos de posse presidenciais da história da República do Brasil. O objetivo desta monografia se alastra em prol de seu objetivo mais amplo, que é a busca pela verdade, ou seja, o anúncio de que a pobreza é um flagelo dos homens contra os outros homens. Mesmo que por distintos ângulos de percepção e sensibilidade, a pobreza é uma ferramenta que ao caminhar dos anos da república brasileira foi utilizada com o mesmo objetivo, o de ludibriar uma nação. A pobreza é interpretada como uma oportunidade eleitoreira que, utilizada por meio da retórica política, propicia ao cidadão alcançar o poder ao aproveitar-se da ignorância dos outros cidadãos.

O segundo objetivo é mais específico e almeja contextualizar a pobreza socioeconômica e sociocultural do Brasil com a retórica dos políticos da república brasileira. Uma união de raciocínios que retoma o terceiro objetivo: a discussão acerca da desistência de discursos inéditos. Todo discurso, assim como o discurso de posse presidencial que será analisado nesta monografia, obedece a uma ordem de discursos. Os discursos são construídos a partir de outros discursos. Todos em um só objetivo, do usufruto da pobreza como ferramenta.

Na primeira parte, o primeiro capítulo, sobre “As faces da pobreza” discute a pobreza como uma herança que o processo de colonização da América deixou para o Brasil. Mais à frente, o primeiro capítulo debate também as causas da pobreza e as diferentes formas de como ela é exposta e usada pelos homens. O segundo capítulo – “A retórica e o poder” –, retoma as origens da retórica, discute a sua definição e relaciona o alcance do poder pelo usufruto da retórica. Finalmente o terceiro e último capítulo faz a junção dos dois primeiros.

Ou seja, a pobreza é uma ferramenta que por meio da retórica proporciona ao homem a oportunidade de enganar os outros homens em prol da tomada do poder.

Capítulo 1 - As faces da pobreza

1.1 Heranças da colonização

Direto ao ponto, deixando de lado a história dos povos indígenas antes da chegada dos portugueses, o processo de colonização da América deixou uma herança com seqüelas negativas nas figurações da questão social do Brasil moderno.

Os portugueses tinham como objetivo essencial o enriquecimento rápido para voltar a sua Terra-Pátria, e não afixar-se nesta nova terra. Como consequência imediata, a população branca era só masculina, o que acarretou no abuso da população feminina indígena. Um segundo fator foi a criação institucionalizada da escassez de terra em país vazio. Por medidas de ordem política e administrativa o acesso a terra foi limitado para não dizer impedido. Ao mesmo tempo a consequência demográfica mais significativa do povoamento da Colônia é a procura de mão-de-obra para trabalhar nas terras a serviço da nova classe dos senhores. Nasce assim o sistema escravocrata. Os índios são requisitados para trabalhos forçados, e com o crescimento da produção começa também o processo de importação da população negra da África¹.

O paradigma dessa sociedade escravocrata é o da Casa grande e Senzala, que deixou até hoje traços socioculturais visíveis². Trata-se de duas classes socioeconômicas distintas. Uma dialética que se divide entre aqueles que concentram privilégios e aqueles que trabalham para sustentar os privilégios dos outros³. Operada após a abolição da escravidão, a transição do poder constitucional do imperador ao regime republicano e ao sistema presidencial trouxe consigo a passagem do sistema de mão-de-obra escrava para o de mão-de-obra “livre”, na verdade dependente. Ou seja, a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população, dentre eles o homem “livre”.

¹ GUERTECHIN, Thierry. População e pobreza. Brasília: Edições Loyola, 2003, p.14.

² Idem, p.15.

³ DEMO, Pedro, 1941. Pobreza política. Campinas: autores associados, 1996 – (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.27), p. 13.

Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O favor é uma mediação quase universal, sendo mais simpático que o nexo escravista, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção⁴. Existe um descompasso entre representação e real numa sociedade em que as relações de favor definiram um padrão de sociabilidade cuja especial virtude era esconjurar a brutalidade da escravidão.

A escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais. O que não quer dizer que apenas a escravidão afronte esses princípios. Tanto o escravismo quanto a prática do favor são incompatíveis a esses ideais liberais. Diferente do termo obscuro da escravidão – sendo por si uma conjuração de uma atividade inumana –, insidiosamente o favor absorve e desloca um padrão particular que encobre o essencial – a exploração do trabalho. O favor ecoa a garantia de uma falsa cumplicidade permanente no momento da prestação e da contraprestação de serviços. Existe um reconhecimento recíproco no instante chave da troca de favores que configura o peso da classe. O favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é mais fraca. Uma convivência que adere o vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho.

Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe idéias européias, sempre em sentido impróprio⁵. Na chamada época pós-colonial, onde o imperialismo perde lugar para a globalização, ainda falta muito para que o país se descolonize⁶. A pobreza brasileira traz muito desse desconcerto. O Brasil está imerso em uma pobreza desmedida que amarra o país às raízes de seu passado e resiste à potência do progresso da civilização. A pobreza e a desigualdade sempre vieram acompanhadas de fortes sentimentos morais.

É fato que a sociedade brasileira carrega todo peso de um país de tradição escravista, que fez sua entrada na modernidade capitalista em meio à concepção patriarcal de mando e autoridade, uma característica que configura a

⁴SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/schwarz.htm>>. Acesso em: 16 abril 2006.

⁵ Idem.

⁶ PRATT, Mary Louise. Literatura e História: perspectivas e convergências. EDUSC, 1999, p. 18.

hierarquia de um país que possui a figura do inferior, que tem o dever da obediência. Mas é um erro creditar toda a culpa da pobreza brasileira a um legado de um Brasil arcaico. O Brasil moderno tem suas peculiaridades e seus desconcertos. No dizer de Vera Telles:

Em primeiro lugar, encerramos a década de 80 diante de uma sociedade que não apenas se quer moderna como, em alguma medida, se fez moderna: é uma sociedade que se industrializou e se urbanizou, que gerou novas classes e grupos sociais, novos padrões de mobilidade e de conflito social, deixando para trás o velho Brasil patriarcal; é uma sociedade portadora de uma dinâmica associativa que fez emergir novos atores e identidades, novos comportamentos, valores e demandas que romperam com os limites da “ordem regulada” estruturada nos anos 30; é uma sociedade finalmente, que nas últimas décadas criou novas formas de organização e de representação coletiva, foi capaz de inventar mecanismos factíveis de negociação e gerenciamento de conflitos, exigindo por isso mesmo a sua autonomia perante o Estado, numa recusa prática da tradição da tutela estatal⁷.

Castigado por uma herança escravista, conservadora e autoritária, e carregada de modernas peculiaridades, a sociedade brasileira teve a pobreza como uma questão social em destaque em debates de seu horizonte político. A pobreza apareceu no discurso oficial, mas também nas falas públicas de representantes políticos e de lideranças empresariais⁸. Nesse contexto, a pobreza é trazida para um lugar em que a linguagem elabora promessas de futuro e a ação se faz visível na sua capacidade de dar um novo começo. A pobreza aparece como sinal do atraso, pesado tributo que o passado legou ao presente e que envergonha um país que se acostumou a pensar ser o “país do futuro”⁹. E este é o enigma da pobreza brasileira: um país que faz do progresso um projeto nacional.

1.2 As causas da pobreza

Debatida sobre todas as contornos em diferentes classes, de certa forma as causas da pobreza soam como uma noção de definição aparentemente

⁷ TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001, p.19.

⁸ Idem, p.13.

⁹ Ibidem, p.18.

ingênuas. Para Simon Schwartzman as causas da pobreza não podiam ser individuais, mas estruturais: a exploração do trabalho pelo capital; o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos; e a alienação das pessoas, criadas pelo sistema de exploração, que as impedia de ter consciência dos próprios problemas e necessidades¹⁰. A sociedade brasileira deslumbra o interesse das elites em promover a ilusão de uma pátria de trabalhadores “livres”, que gozam de uma condição de igualdade e convivem com a famosa frase de que “é direito de todos”. Esses são exemplos de realidades que impedem às camadas humildes da sociedade brasileira enxergar que a demagogia, a alienação e a exploração são as principais causas de o pobre continuar na condição de pobre, ao passo que as autoridades estão voltadas a ações sociais de cunho eleitoral, uma verdadeira política do “Pão e Circo”¹¹. Como já dizia a visão malthusiana acerca das causas da pobreza:

Uma parte, talvez a maior, dos problemas da pobreza é culpa dos próprios pobres, que não tem determinação e força de vontade para trabalhar. A causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. O problema se resolveria facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos. Minorar-lhes a miséria só agravaria o problema, pois, alimentados, eles se reproduziriam mais ainda. A melhor solução seria educá-los para que aprendessem a se comportar; ou então deixá-los à própria sorte, para que a natureza se encarregasse de restabelecer o equilíbrio natural das coisas¹².

Por meio de uma visão mais contemporânea, segundo o advogado Luis Vergniaud, as causas da pobreza são conseqüências das raízes de problemas brasileiros em questões como: o crescimento demográfico desordenado; problemas educacionais; a ineficiência administrativa; e a estatização de

¹⁰ SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.13.

¹¹ Da história política de Roma, que se estende de 752 a.C. até 476 d.C., surgiu a expressão da política do “Pão e Circo”: com o crescimento urbano vieram também os problemas sociais para Roma. A escravidão gerou muito desemprego na zona rural. A massa de desempregados migrou para as cidades romanas em busca de empregos e melhores condições de vida. Receoso de que pudesse acontecer alguma revolta de desempregados, o imperador criou a política do Pão e Circo. Esta consistia em oferecer aos romanos alimentação e diversão. Desta forma, a população carente acabava esquecendo os problemas da vida, diminuindo as chances de revolta. Por essa política, o Estado buscava promover os espetáculos como um meio de manter os plebeus afastados da política e das questões sociais. Era, em suma, uma maneira de manipular a plebe e mantê-la distante das decisões governamentais.

¹² SCHWARTZMAN, Simon. *Op. cit.*, p.14.

imensos setores da economia¹³. Já visão de outro historiador, Michael Katz, trata do tema acerca das causas da pobreza com uma outra ótica. Para o historiador norte-americano, a pobreza era entendida como uma condição natural das pessoas, que, em situações especiais, ficavam desvalidas e merecedoras de amparo; a mendicância, por outro lado, era uma deformação de caráter e, por isso, indigna de apoio e ajuda¹⁴. Segundo Katz:

Antes do século XIX, teria sido absurdo imaginar a abolição da pobreza. Os recursos eram infinitos e a vida era dura. A maioria das pessoas nascia, vivia e morria na pobreza. A questão era, então, quem, entre os necessitados, deveria receber ajuda? De que maneira a caridade deveria ser administrada?¹⁵

As causas da pobreza também podem ser compreendidas por um outro viés, uma maneira remota de tratar o problema. As causas da pobreza e os caminhos para a sua solução não dependem da vontade ou do caráter dos indivíduos, mas das relações entre as pessoas. Para uns, a solução dependia ainda de uma regeneração moral, não mais dos pobres, mas dos ricos, cujo egoísmo deveria ser transformado em verdadeira caridade e sentimento de justiça¹⁶. Para os marxistas:

Essa crença no poder transformador das convicções e da força moral era o que caracterizava o “socialismo utópico”, que deveria ceder lugar a um “socialismo científico”, que entendesse a verdadeira natureza dos conflitos sociais e os levasse a sua conclusão natural. A história da humanidade, dizia o *Manifesto comunista*, era a história da luta de classes, e era através dela que os problemas dos pobres encontrariam sua solução. “Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, lordes e servos, mestres e empregados, em uma palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em oposição em uma guerra sem fim, às vezes oculta, às vezes aberta, que levara seja a uma reconstituição revolucionária da sociedade como um todo, seja à ruína das classes em conflito”. Com o capitalismo, as antigas classes estavam desaparecendo, restando apenas a burguesia e o proletariado, que se confrontariam na luta final pelo fim da pobreza e da desigualdade social¹⁷.

Por mais que o quadro dos programas sociais do Estado brasileiro demonstre interesses próprios, tendo em vista, principalmente, que estamos em ano eleitoral, é possível observar avanços – o que não acontecia há cerca de 20

¹³ VERGNIAUD, Luis. As raízes da pobreza. Carta APEC, nº919 janeiro 1994.

¹⁴ Idem, p.15.

¹⁵ Ibidem, p.14.

¹⁶ Ibidem, p.15.

¹⁷ Ibidem, p.15

ou 30 anos. O tema pobreza ganhou destaque, requerendo uma atenção imediata, dominando a pauta dos discursos públicos. Uma vez que o assunto esteja em primeiro plano e venha definindo o foco das ciências sociais é importante frisar que seu tratamento requer cuidados peculiares e que não mais vem sendo tratado como um desajuste que seria equacionado à medida que problemas referentes ao desenvolvimento econômico, à modernização, à participação política, à democracia e à mobilidade social fossem resolvidos. Essa barganha da sociedade junto às autoridades quanto à pobreza brasileira vem para demonstrar que a sociedade está mais consciente e, ao mesmo tempo, disposta a desagrar, uma das principais causas da pobreza – o interesse eleitoreiro da elite brasileira movido pela alienação e dominação da camada pobre do Brasil.

1.2.1-Pobreza como ferramenta

A discussão acerca do enfoque da pobreza como crime social é pouco ou nada relevante, nos debates da sociedade acerca da gravidade do problema. Isso porque a sociedade brasileira se convence de que a culpa é de todos e de ninguém. Assunto que Josué de Castro, defensor da tese de que a pobreza é crime social, foi tratada com propriedade:

A fome não é um produto da superpopulação: a fome já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra. Apenas esta fome que dizimava as populações do Terceiro Mundo era escamoteada, era abafada, era escondida. Não se falava do assunto que era vergonhoso: a fome era tabu”¹⁸.

Não por causa da fatalidade das condições naturais, mas resultado das relações sociais, a responsabilidade pelos milhares de seres humanos aviltados pela fome e condenados a morrer de fome silenciosamente é pura e exclusiva

¹⁸ CASTRO, Josué. Geografia da Fome. Disponível em: < <http://www.josuedecastro.com.br/>>. 16 abril 2006.

da ação política dos homens. Uma denúncia da fome que resulta na omissão e a indiferença dos abismos sociais. A pobreza é decorrente de fenômenos artificialmente criados pelos homens que desenvolveram um tipo de economia que visa tão somente o atendimento do capital e não das necessidades do homem. Um desenho estratégico que delinea o avanço do cinismo, que mais aprofundou a manutenção do mapa da fome, tanto pela sofisticação dos mercados que mantêm os pobres como reféns, ou, mais ainda, pelo atraso em medidas corajosas dos governos brasileiros que adiaram por tantos anos este enfrentamento com a política de vida da nação.

Assim sendo, conclui-se até aqui, seguindo o raciocínio de Josué de Castro, que justificar a fome do mundo como um fenômeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, o neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome¹⁹. A fome e a miséria são criações de nossa própria sociedade, não são fenômenos naturais.

Oportuno para o momento é o raciocínio de Xenia Antunes com sua crônica “as metáforas da fome”:

Por ter dito em poema que escrevi anos atrás que “a fome é a mãe de todos os gênios”, que me perdoem os famintos, eu não sabia ainda. Eu não sabia que a fome do vosso ventre é que é a obra dos gênios. Gênios maus, que lhes determinam a fome por destino e levam ao calvário diariamente crianças vitimadas pela “doença do tempo”, gênios que têm almoço e jantar infalíveis - esses gênios do dólar e do monopólio também me causam fome²⁰.

¹⁹ Idem.

²⁰ ANTUNES, Xenia. As metáforas da fome. Disponível em: <<http://www.xenia.com.br>>. 23 abril 2006.

1.3-Pobreza e Poder

Não é habitual ao falar sobre pobreza relacioná-la ao cidadão que vive em estado de manipulação ou coibido de se organizar em defesa de seus direitos. Quando o tema pobreza é disposto para uma reflexão, a problemática logo é relacionada à fome, a aquele que é faminto, desempregado ou possui baixa remuneração salarial, que não tem ou que não possui condições de ter, ou àqueles que habitam mal ou não tem onde habitar, ou seja, pessoas que vivem com remuneração abaixo dos limites da sobrevivência. O quadro social brasileiro apresentou e tem apresentado um pobre que não é apenas não ter, mas ser coibido de ter. Os dois tipos de pobreza acima predispostos são uma herança que o brasileiro traz consigo desde sua colonização. Realidade que o escravo brasileiro sempre foi: pobre materialmente, porque não tem liberdade de se auto-determinar. Uma verdade lamentável que refletiu no cotidiano das pessoas desfavorecidas dentro da sociedade brasileira atual. Assim sendo, a pobreza é sempre também humilhação, degradação, subserviência, e não só fome. Pobre é quem faz a riqueza do outro, sem dela participar. Não é apenas a miséria pura e simples, é também discriminação e injustiça. Configurando-se dois “bens escassos”: o dinheiro e poder²¹. Sendo a essência do dinheiro o poder que ele traz.

Poder é algo tão estrutural quanto a condição econômica. Como dizia Pedro Demo, “se houvesse igualdade total, não haveria relação, pois o idêntico não se relaciona”:

A dignidade dos desiguais não pode ser feita pelos discriminadores. A construção histórica desta dignidade – algo qualitativo – constitui um espaço fundamental do exercício de poder. Seu lado bom. No entanto, quando o desigual chega ao poder, poderá exercê-lo de modo mais democrático, mas não deixará de fazer parte da lógica dinâmica do poder. De cima, não mais de baixo. Encobrir isto é exatamente a própria farsa. Precisamente: coisa do poder. Ademais, tal visão do poder coloca na cotidianidade, retirando-lhe a perspectiva artificial que o vê sempre como algo solene, superior. O poder é o pão nosso de cada dia, dentro de toda relação social, no menor e no maior encontro, que sempre é também desencontro. Poder não é só o do Estado ou dos grandes empresários. Mas a moeda do dia-a-dia. Sua farsas, seus truques não estão só na política

²¹DEMO, Pedro, 1941. *Op. cit.*, p.13.

social, no processo eleitoral, mas na maneira como me relaciono com os amigos, com a família, com o desconhecido²².

Não ser e não ter. Segundo Pedro Demo, essas são as duas formas de pobreza. Não existe diferença entre os dois tipos de pobreza. Pelo contrário, uma depende da outra – não ser é uma condição de não ter. Uma forma de pobreza não se reduz à outra e possuem a mesma importância. Uma é de ordem socioeconômica, quantitativa, material; a outra de ordem política qualitativa, imaterial.

1.3.1 Pobreza Política

Sucintamente, a pobreza política existe diante de uma sociedade acomodada que apenas reclama e não se organiza para reagir diante de um Estado composto por políticos ideologicamente pobres, que dirigem um país onde há mais desperdícios que falta de recursos. Isso porque a corrupção é a dinâmica básica de funcionamento da máquina pública. O traço mais profundo da pobreza política de uma sociedade é a falta de organização, que se encolhe diante do poder econômico que o agride. Uma sociedade desorganizada não chega a constituir-se como povo consciente e capaz de conquistar espaço próprio de auto sustentação na história; ao contrário, caracteriza-se como massa de manobra²³.

O contrário de uma sociedade pobre politicamente é uma sociedade organizada que faz valer os seus direitos. As formas de organização clássicas, como partidos, sindicatos e cooperativas, funcionam justamente para demonstrar o grau de interesse de participação da sociedade nas decisões sociais e econômicas do país. No caso do Brasil, onde estamos predispostos diante de um regime democrático, a qualidade da democracia depende decisivamente dessas organizações, ou, dito pelo contrário: a falta de qualidade

²² Idem, p.p.19-20.

²³ Ibidem, p.p.24/25.

em tais organizações espelha a falta de qualidade democrática da própria sociedade²⁴.

Lamentável é que a sociedade civil não tenha noção do poder de ação que esses tipos de organizações possuem em defesas dos seus próprios interesses. Sociedades ricas politicamente elegem, reivindicam, cobram a prestação de contas, reclamam o rodízio no poder e até mesmo cancelam mandatos (impeachment). Essa consciência ainda não existe na sociedade democrática brasileira, que parece ser comandada por uma democracia que não lhe pertence. Invés de participar das decisões do país, o povo fica a mercê do Estado esperando que o próprio pense e aja em favor dos seus interesses, um herói, uma figura paternalista que lhe garanta seus direitos.

Entretanto, não é menor pobreza política o abuso da informação, no sentido de inventá-la para fins ideológicos, subordinando os fatos às versões. É regra democrática que tudo (ou quase tudo) pode ser dito e informado, desde que comprovável. Não vale usar meios de comunicação contra cidadão que de antemão, não têm as mesmas condições de defesa. Os sistemas de comunicação que dizem o que bem entendem, a ponto de produzirem fatos a serviço de suas versões, vivem do estado de impunidade²⁵.

²⁴ Ibidem, p. 25.

²⁵ Ibidem, p.p.31-32.

Capítulo 2 – A retórica e o poder

2.1-Retórica

2.1.1-Origens

Antes mesmo que qualquer história, inclusive anterior a sua própria história, a retórica é encontrada entre os hindus, chineses, egípcios, sem falar dos hebreus. Pois é inconcebível que os homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir²⁶. Apesar disso, pode-se dizer que originária do grego *rhetoriké* ("arte da retórica"), a retórica foi formada e evoluída no mundo grego. Em sentido lato, a retórica se mistura com a poética, consistindo na arte da eloqüência em qualquer tipo de discurso. Segundo a definição aristotélica, a retórica é uma atividade em que predomina a forma, como a gramática e a dialética, e não o conteúdo²⁷.

A retórica não nasceu em Atenas, mas na Silícia grega e possui dois acontecimentos históricos como referência: a batalha de Salamina, na qual os coligados triunfaram definitivamente sobre a invasão persa, quando começou o grande período da Grécia Clássica: morte de Sócrates. E sua origem não é literária, mas judiciária²⁸:

Os cidadãos despojados pelos tiranos reclamaram seus bens, e à guerra civil seguiram-se inúmeros conflitos judiciais. Numa época em que não existiam advogados, era preciso dar aos litigantes um meio de defender sua causa. Certo Córax, discípulo do filósofo Empédocles, o seu próprio discípulo Tísias, publicaram então uma "arte oratória" (*tekhné rhetoriké*), coletânea de preceitos que continha exemplo para uso das pessoas que recorressem a justiça. Ademais, Córax dá a primeira definição da retórica: ela é "criadora de persuasão"²⁹.

²⁶REBOUL, Olivier, 1925. Introdução a Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.01.

²⁷PACHECO, Gustavo de Britto Freire. Retórica e Nova Retórica: A Tradição Grega e a Teoria da Argumentação de Chaim Perelman. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/pet_jur/c1gpache.html>. Acesso em: 20 abril 2006.

²⁸REBOUL, Olivier, 1925. *Op. cit.*, p.02.

²⁹Idem, p.02.

Retórica, portanto, na origem é um adjetivo que significava oratória. Só então com Górgias surge uma nova fonte da retórica: estética e propriamente literária. Também siciliano e discípulo de Empédocles, diz-se que ali sua eloqüência encantou os atenienses a tal ponto que ele teve que prometer-lhes que voltaria³⁰. Górgias faz uma defesa da retórica: o discurso é tirano poderosíssimo; esse elemento material de pequenez extrema e totalmente invisível alça à plenitude as obras divinas: porque a palavra pode pôr fim ao medo, dissipar a tristeza, estimular a alegria, aumentar a piedade³¹.

Após a consolidação da democracia ateniense, a retórica se desenvolveu inteiramente. Cidadãos atenienses participavam diretamente nas assembléias populares, que possuíam funções legislativas, executivas e judiciárias. Os atenienses, portanto, dependiam da habilidade de raciocinar, falar e argumentar corretamente. Para isso, existia uma demanda de professores – os sofistas – que proporcionassem a necessária "educação política", um aprendizado do exercício da função política.

Então, são os sofistas os protagonistas da história da retórica. De qualquer forma pode-se dizer que os sofistas criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de um sistemático e global que se fundava numa visão de mundo. A ciência que permite a aptidão, por meio do discurso, para convencer pela aparência de lógica e pelo encanto do estilo³². Neste contexto, os sofistas ensinavam a política e as qualidades indispensáveis para a formação de bons cidadãos, o que incluía a retórica, ou "a arte da persuasão exercida nos tribunais e nas outras assembléias a propósito daquelas coisas que são justas e injustas"³³. Os sofistas foram com certeza os primeiros pedagogos, e o objetivo de sua educação não deixa de ser nobre: capacitar os homens "a governar bem suas casas e suas cidades". Entretanto, eles excluem todo saber, e levam em conta apenas o saber fazer a serviço do poder³⁴.

De acordo com o raciocínio de Reoul, a história continua com Isócrates:

³⁰ Idem, p.02.

³¹ Ibidem, p.03.

³² Ibidem, p.09.

³³ PACHECO, Gustavo de Britto Freire. *Op.cit.* Disponível em: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/pet_jur/c1gpache.html>. Acesso em: 20 abril 2006.

³⁴ REBOUL, Olivier, 1925. *Op. cit.*, p.10.

A retórica veio atender a diversas necessidades dos gregos: necessidades de técnica judiciária, de prosa literária, de filosofia, de ensino. Ora, Isócrates vai conseguir satisfazer sozinho essas quatro exigências, ao propor uma retórica mais plausível e mais moral que a dos sofistas. A partir do século V, esse termo passou a ser pejorativo, e devemos agradecer Isócrates por ter libertado a retórica do domínio sofístico. O problema está em saber se de fato foi uma libertação real, e se afinal Isócrates não deixou as coisas como estavam. É exatamente isso que Platão critica nele³⁵.

Seguindo a linha de evolução da história da retórica, Barbarin Cassin conclui que Platão apresenta-nos duas retóricas, quer dizer, duas a mais: a primeira, a dos sofistas e de Isócrates, não é arte, mas uma falsa adulação. A segunda é apenas uma expressão da filosofia, sem conteúdo próprio³⁶.

Neste contexto Reboul finaliza dizendo que “a ‘ciência’ que Platão opõe à retórica ainda está para ser feita e, sem dúvida, estará sempre”³⁷. Caminhando nesta seqüência lógica, pode-se dizer que quinze anos depois da morte de Sócrates, nasce o pensador que salva a retórica:

Colocando-a em seu verdadeiro lugar, Aristóteles lhe atribui um papel modesto, mas indispensável num mundo de incertezas e de conflitos. É a arte de encontrar tudo o que um caso contém de persuasivo, sempre que não houver outro recurso se não o debate contraditório³⁸.

Mais do que isso, Aristóteles transformou a própria retórica num sistema, que seus sucessores irão apreciar e poderão completar, mas sem modificar.

2.1.2- Definição

Prendendo-se as posições favoráveis ao âmbito do presente estudo, é observado que a retórica, como afirmam Charles Perelman e L.Olbrechts-Tyteca, é a arte de argumentar. Como propõe a definição de Olivier Reboul, a retórica é a arte de persuadir pelo discurso. Segundo ele, a retórica não é aplicável a todos os discursos, mas somente àqueles que visam a persuadir. A

³⁵ Idem, p.10.

³⁶ Ibidem, p.19.

³⁷ Ibidem, p.19.

³⁸ Ibidem, p.27.

persuasão retórica consiste em levar a crer. Se, ao contrário, ela leva a fazer sem crer, não é retórica³⁹. Com uma visão contemporânea do assunto, Bonfim conceitua a retórica como a arte de convencer ou persuadir um determinado auditório e dele obter uma deliberação em favor das teses defendidas pelo orador⁴⁰. De uma maneira moderna, conceitual e mais sucinta, a retórica é a técnica, ou a arte, de convencer o interlocutor através da oratória⁴¹.

O interesse deste trabalho atém-se, portanto, à tentar mostrar que a retórica é a busca pela eloqüência – *peithó* é a deusa das palavras de mel, na Grécia na Grécia Arcaica – com o propósito de persuadir. Ou seja: o dom, o talento na arte do convencimento, que consiste na crença cega em uma sentença ou enunciado.

2.1.2.1-Retórica X Oratória

A oratória é a arte de como falar em público; o conjunto de regras e técnicas que permitem apurar as qualidades pessoais de quem se destina a falar em público. Após a ascensão romana, a oratória tornou-se a tradução latina de retórica, enquanto técnica de comunicação⁴². Porém, com uma distinção: enquanto o núcleo da retórica compunha-se de técnicas de persuasão – que é o talento de convencer, deleitar ou comover por meio da palavra⁴³ –, a oratória visava a eloqüência – que é a capacidade de exprimir-se com facilidade⁴⁴. A mudança de rumos deve-se exatamente ao ambiente em que as duas técnicas se encontraram. Enquanto a retórica grega existiu em ambiente democrático, a oratória, que originou-se da retórica, desenvolveu-se em ambientes totalitários. Atualmente, em que pese existir uma tendência mundial

³⁹Idem, p.XIX.

⁴⁰BONFIM, João Bosco Bezerra.Palavra de presidente – Discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE Editora, 2004, p.15.

⁴¹Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 21 abril 2006.

⁴²Idem.

⁴³FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.

⁴⁴Idem.

de retorno da oratória para o sentido original do termo (comunicação persuasiva), antes da ascensão latina, grande parte dos cursos de oratória no Brasil são de tradição latinista. Logo, no Brasil – bem como em grande parte do mundo latino –, oratória ainda se refere a busca da beleza na fala (estilo), enquanto Retórica é definida como "Arte da Persuasão". Classicamente, o discurso – que é uma peça oratória proferida em público ou escrita como se tivesse de o ser ⁴⁵ – no qual se aplica a retórica é verbal, mas há também – e com muita relevância – o discurso escrito e o discurso visual⁴⁶.

2.1.2.2-Retórica e Dialética

Fora dos estádios e ginásios gregos existia uma prática de disputa desportiva, ou melhor, uma competição puramente verbal, que foi chamada de dialética. O jogo consistia em dois adversários que se enfrentavam diante de um público, sendo que um dos jogadores sustenta e defende uma tese e o outro ataca com todos os seus argumentos essa tese. Aos poucos, a dialética passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão⁴⁷. Mas afinal, o que a dialética tem em comum com a retórica? Segundo Aristóteles a retórica e a dialética chegam a parecer dois termos que designam a mesma disciplina. Mas não é bem assim. De acordo Reoul, a retórica é apenas uma aplicação, entre outras, da dialética. Ou seja, a retórica utiliza a dialética como um meio, entre outros, de persuadir⁴⁸. A dialética constitui a parte argumentativa da retórica.

⁴⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Op. cit.*

⁴⁶ pt.wikipedia.org. *Op. cit.*

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ REBOUL, Olivier, 1925. *Op. cit.*, p.35.

2.1.3-Retórica e política

Deixando de lado como se dá a trajetória da retórica na política antes do gozo do poder; após alcançar o espaço mais alto do poder democrático as ações retóricas discernidas na política a partir do primeiro contato do orador perante seu auditório são predominantemente persuasivas. É dever do chefe do Estado democrático em seu primeiro discurso, por meio da arte do convencimento, levar seu auditório a crer no desejo de vivenciar as execuções das suas proposições, uma vontade que deverá invadir a mente de sua audiência. Assunto que se resume nas palavras de Luís XIV: “Os povos gostam do espetáculo, com isso dominamos seu espírito e o seu coração”⁴⁹. Da união entre retórica e política encontramos um resultado exato para a sua finalidade, a dominação. Nas palavras de Weber, o Estado moderno é uma assembléia que tem como papel a coordenação da dominação⁵⁰.

Segundo Nimmo, o cognitivo da política vem depois da impressão afetiva – fato que complementa o raciocínio do sociólogo Schwartzberg, de que a política é desempenhada por personagens. Nimmo defende que por isso as pessoas geralmente sustentam opiniões políticas sobre um mínimo de informações, respondendo mais ao estilo pessoal de líderes do que a sua experiência política. Os cidadãos acabam tendo laços emocionais mais fortes com as figuras políticas, assuntos, acontecimentos, do que laços racionais⁵¹. Voltando ao raciocínio de Weber, observe-se que este laço emocional é uma das justificativas para a legitimação da dominação. O dom da graça – carisma político – fundamenta na dominação que provoca a devoção e a confiança no heroísmo ou em outras qualidades de caráter eminentemente pessoal. Uma dominação exercida pelo chefe político do ocidente desde a existência da democracia – o demagogo⁵². Para Schwartzberg cada dirigente parece desempenhar o papel de herói, de pai, de líder charmoso, de homem comum:

⁴⁹ SOARES, Murilo César. "Retórica e Política", in Revista Comunicação & Política, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Superiores Latino-Americanos, 1996, n.s., v.3, n.2, p.p 146-153, p.150.

⁵⁰ Weber, Max. A política como vocação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p.19.

⁵¹ SOARES, Murilo César. *Op. cit.*, p. 150.

⁵² Weber, Max. A política como vocação. *Op. cit.*, p.11.

Primeiro ponto para compreender a política da encenação teatral é a imagem, ou seja, o conjunto de traços que o político selecionou para apresentar à observação pública. Ela oferece um símbolo visível e tangível, capta o interesse do público, prende sua atenção. A imagem também é o substituto de um programa, serve de rótulo, é a marca dos políticos, sinal distintivo que simboliza sua originalidade. O que vale é a produção de mitos e de símbolos, ainda que sem relação exata com a realidade: o mito basta-se a si mesmo. A verdade já não tem valor⁵³.

Segundo Nimmo, os espectadores não formam uma audiência passiva. Pois, se a retórica é a arte de persuadir pelo discurso, é preciso ter em mente que o discurso não é e nunca foi um acontecimento isolado. Ao contrário, opõe-se a outros discursos que o precederam ou que lhe sucederão, que podem estar implícitos. A lei fundamental da retórica é que o orador – aquele que fala e escreve para convencer – nunca está sozinho. Para ser bom orador, não basta saber falar; é preciso saber também a quem está falando, compreender o discurso do outro, seja esse discurso manifesto ou latente⁵⁴. A política é o terreno da excelência da dramatização: os líderes “personificam” algo para o grupo através de sua atuação, as massas participam vicariamente do drama social sob forma de “entretenimento”, identificando heróis, vilões ou loucos, situando-se na “cena”⁵⁵.

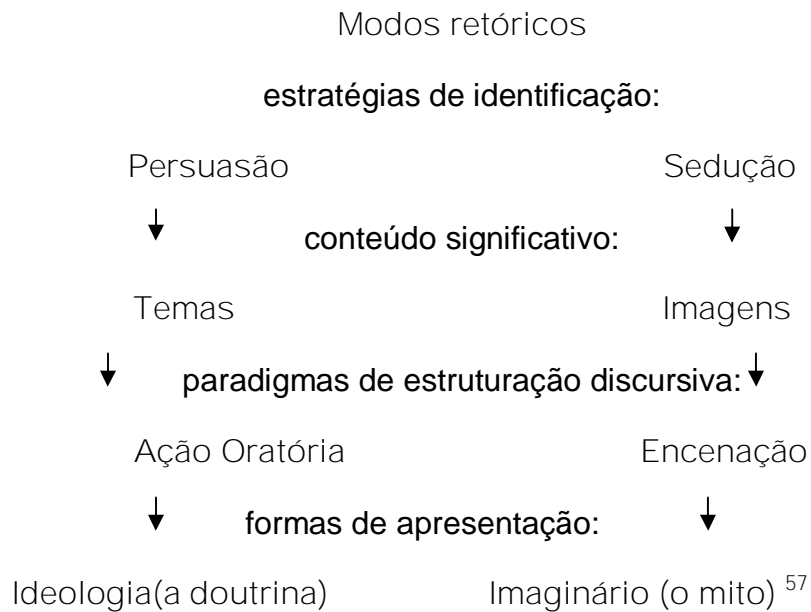
De acordo com a visão de Soares, em seu artigo Retórica e Política, a retórica política é elaborada a partir de dois modos fundamentais: persuasão e sedução. Sendo que a persuasão se concentra no desenvolvimento de um tema, um problema, uma questão, seja ela de natureza teórica ou prática, administrativa ou técnica. Ou seja, quando o discurso político analisar problemas, justificar posições e valores políticos, ou defender propostas de ação administrativa através da argumentação estará se valendo da persuasão. Já o modo retórico fundado na sedução, segundo Soares, se baseia na construção de um personagem político, na dramatização do conflito com antagonistas ou obstáculos, ou as comunicações políticas como forma de jingles, vidioclips. O político vive um personagem que não precisa coincidir com a sua própria pessoa, pois trata de uma imagem pública, manipulativa,

⁵³ SOARES, Murilo César. *Op. cit.*, p. 150.

⁵⁴ REBOUL, Olivier, 1925. *Op. cit.*, p.XIX.

⁵⁵ SOARES, Murilo César. *Op. cit.*, p.149-150.

pragmática⁵⁶. Soares apresentou um quadro que representa a sua concepção acerca dos modos retóricos na política:



O objetivo é seduzir o eleitor ou cidadão pela imagem projetada do político, de forma a obter sua adesão, pela atração do líder, ao personagem vivido pelo ator político. Ou ainda o político pode por meio da persuasão buscar a adesão do eleitor por meio dos argumentos, pelas definições da realidade calçadas ou inspiradas no conhecimento da realidade. Os políticos, diante dessa bifurcação das estratégias retóricas – persuasão de um lado, sedução do outro – trabalhariam ora pelo argumento, ora pelo seu desempenho teatral, ora centrados em temas, ora centrados em imagens, sendo que, em alguns momentos, essas categorias se fundiriam, constituindo uma amálgama difícil de ser decomposta, quando, por exemplo, certos assuntos são usados para compor uma imagem⁵⁸.

⁵⁶ Idem, p.151.

⁵⁷ Ibidem, p.151.

⁵⁸ Ibidem, p. 152.

2.1.4 - Retórica e imprensa

A política moderna apresenta-se de uma maneira diferente. Partindo da mesma óptica de Soares, quando apresenta a bifurcação da retórica discernida da política é observável que a mídia – impressa, visual e radiofônica – possui um papel fundamental na disseminação da demagogia – seja por meio da sedução ou da persuasão – dos políticos brasileiros, através de uma mensagem que seja mais maçante e duradoura no imaginário do eleitor. É fato marcante da época atual que os sistemas de comunicação e informação são fontes relevantes de poder. Sua influência cotidiana já é avassaladora e tende a crescer indefinidamente. Talvez tenham já mais influência que a própria escola, e alguns diriam que a própria família. A postura do cidadão-objeto, de mero expectador distante, é deliberadamente cultivada, sob as formas de aliciamento da propaganda e do consumismo⁵⁹. Como afirma Weber:

A demagogia moderna também emprega a oratória, mas desmesuradamente, se pensarmos nos discursos eleitorais que o candidato moderno deve pronunciar, porém utiliza preferentemente a palavra impressa, que é mais duradoura. Por esse motivo, o publicista político – sobretudo o jornalista – é o representante mais notável da democracia. Qualquer político de importância precisa contar com a influência da imprensa e assim cultivam suas relações com o meio jornalístico. Essa dependência deve-se ao crescimento da empresa jornalística⁶⁰.

Uma discussão que não vem ao caso, mas exige destaque, é a maneira como a mídia influencia e é influenciada pelo discurso oficial. É de fácil visualização que a imprensa, movida pelo interesse de comunicar, vai simplificando cada vez mais a sua linguagem. Estão sendo implantadas “traduções” dos jargões políticos específicos para uma linguagem mais acessível. Por sua vez, os políticos, cuja voz é propagada principalmente pela imprensa, buscam apoiar-se nessa “linguagem pública” para terem acesso a mídia e conseqüentemente ao povo. É instigante observar, nas análises dos discursos, como a mídia sempre caminhou junto à política. A “troca de favores”

⁵⁹ DEMO, Pedro, 1941. *Op. cit.*, p.32.

⁶⁰ Weber, Max. A política como vocação. *Op. cit.*, p.p.47-48.

é relevante e necessária na relação de dominação, que permitiu o surgimento das vozes ligadas ao povo e do próprio povo, com a imprensa como porta-voz.

Capítulo 3 – Análise dos discursos presidenciais da república brasileira

Para juntar as idéias deste trabalho será correlacionada a pobreza brasileira com a retórica dos políticos da república do Brasil. A sobreposição será analisada por meio de dois discursos de posse de presidentes de antagônicos partidos políticos. Uma delicada análise de duas oratórias que possuem um tema transversal, a pobreza. Com diferentes ideais, um sociólogo e o outro um ex-operário, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva tratam do tema pobreza utilizando retóricas adversas, porém com um mesmo objetivo – persuadir a nação e dela obter um assentimento em favor de seus ideais. Além de atuais, os dois discursos foram escolhidos justamente por seus oradores possuírem ideais tão distintos. A análise de discurso demonstra que o interesse eleitoreiro em busca do poder sobrepõe qualquer ideologia, transformando sonhos e ideais em pura e simples demagogia. Serão analisados os discursos de posse de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Apesar de dois mandatos e, por isso, dois discursos, será analisado apenas o discurso de posse do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, isso porque é o seu primeiro contato com a nação como presidente do país, momento que traduz um desejo da mudança.

3.1-O discurso do poder

A noção de discurso implementada nesta monografia não trata-se de um processo serializado de transmissão de informação. O discurso é, de acordo com Orlandi, o funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história. Temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de

argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. O discurso é efeito de sentidos entre locutores⁶¹.

No caso do discurso político de posse presidencial, analisado neste contexto, observa-se que o discurso trabalha, como afirma Orlandi, com a linguagem em funcionamento. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem⁶². A língua, por meio de um discurso, faz sentido enquanto trabalho simbólico constitutivo do homem e da sua história. O político e o simbólico se confrontam⁶³.

Ou seja, o discurso político necessita saber o que o texto faz e como faz, seus modos de dizer. Não tem como pressuposto o sentido semântico dos conteúdos. O sentido não está nas palavras, nas imagens, como estas se relacionam e constituem-se em discurso, mas na relação de exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não são determinadas unicamente pelos sujeitos⁶⁴. Uma ponderação que, principalmente, em se tratando de discursos políticos, toma como verdade o fato do texto possuir um conjunto heterogêneo de outras vozes fundadoras que dão suporte para o dito e o que não foi dito. O inconsciente e o imaginário estão presentes no discurso, ainda que o sujeito da alienação tenha a ilusão de não poder controlá-lo. O sujeito é um assujeitado pelo discurso⁶⁵. Há sempre um já-dito dando suporte à possibilidade do dizer, o que é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e sua relação com os sujeitos e a ideologia. Não existe discurso neutro, que não pode-se acreditar na ingenuidade da linguagem. Nos dizeres de Orlandi:

Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido

⁶¹ ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003, p.21.

⁶² FLAUSINO, Márcia Coelho. Texto desenvolvido como parte das atividades do Núcleo de Estudos de Análise de Discurso do UniCEUB. 2º semestre de 2002, p.03.

⁶³ ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. *Op. cit.*, p. 16.

⁶⁴ *Idem*, p.05.

⁶⁵ *Ibidem*, p.04.

de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente como, “nas quais se constitui o sujeito”⁶⁶

Partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia⁶⁷. Daí a afirmação M.Pêcheux: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido⁶⁸. Ainda de acordo com Orlandi, não se pode dizer que o discurso é carregado de ideologia. Todo discurso é ideológico, traz marcas da ideologia construtiva⁶⁹. Para Pinto:

O ideológico está presente num texto pelas marcas e traços que as regras geradoras de sentido, regras formais, deixam na superfície textual e que o pesquisador deve procurar e interpretar. Uma parte do ideológico do texto vai aparecer na forma de préconstruídos, a memória discursiva, o que já estava lá para fazer sentido, algo que é partilhado socialmente pelos participantes do acontecimento discursivo. Isso sem esquecer que os acontecimentos discursivos sustentam relações de poder desiguais relativas aos desníveis sociais⁷⁰.

Estudando a relação do discurso presidencial com o poder é possível ir além. Existe uma ordem dos discursos políticos, definida pelos próprios políticos. Discursos, sem exceção, que passam pelo crivo institucional e são marcados pelas lutas de poder. O poder é exercido pela e na linguagem, por atos discursivos que criariam, de acordo com Foucault, um estado de direito. Onde existe o sujeito que manda, existe o sujeito que obedece – é um assujeitamento, um efeito de obediência, uma forma geral de aceitabilidade⁷¹. Uma obediência que, segundo Weber, é consequência do discurso e que concede ao político o poder fundado na submissão ao carisma – os homens obedecem por causa da crença que depositam em seus dirigentes, uma obediência determinada pelo temor do discurso do poder⁷². Ainda de acordo com o raciocínio de Michel Foucault são três os grupos de procedimentos de

⁶⁶ Ibidem, p.p.5-6.

⁶⁷ Ibidem, p. 17.

⁶⁸ Ibidem, p. 17.

⁶⁹ Ibidem, p.06.

⁷⁰ Ibidem, p.06.

⁷¹ Ibidem, p.09.

⁷² Weber, Max. *Op. cit*, p.12.

controle dos discursos: A dominação de seus poderes; o conjurar os acasos de sua aparição e o determinar das condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles⁷³.

É importante destacar que onde há poder há resistência. Nem tudo que é discursado pelos políticos brasileiros é admitido sem questionamento. O divisor de águas de uma democracia de diversos partidos políticos e uma infinidade de ideais.

3.2-A imbricação entre sujeito e ideologia

3.2.1-Fernando Henrique Cardoso

Político e sociólogo brasileiro formado pela Universidade de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, conhecido por seu acrônimo FHC, nasceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de Junho de 1931, foi senador por São Paulo, Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco e Presidente do Brasil por dois mandatos, de 1995 a 2003. É co-fundador e presidente de honra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁷⁴. O cidadão-presidente constrói sua identidade montado no pressuposto de ser herdeiro de um sonho de Brasil democrático, desenvolvido, livre, justo, que se soma à esperança de todos. É realizada a construção de um cenário de retomada do desenvolvimento nacional. Um projeto que deve ser fruto da contribuição de todos, não baseado em velhos dilemas ideológicos; deve ser voltado para a justiça social e para a afirmação do Brasil no cenário mundial⁷⁵. Horrorizado pela fome, a doença e a violência, compromete-se a resgatar a justiça social – ponto-chave deste trabalho; momento de contextualização da pobreza, uma proposição que será

⁷³ FLAUSINO, Márcia Coelho. *Op. cit.* p.08.

⁷⁴ PT.WIKIPEDIA.ORG. *Op. cit.*

⁷⁵ BONFIM, João Bosco Bezerra. Palavra de presidente – Discursos de posse de Deodoro a Lula. *Op. cit.* p.403.

retomada mais a frente. A identidade nacional é fundada no resgate da qualidade de vida das pessoas em busca do desenvolvimento. Uma verdadeira revolução baseada no sentimento da solidariedade: acabar com a fome, proteger as crianças, promover a igualdade, para a maioria e a minoria⁷⁶.

3.2.2 - Luiz Inácio Lula da Silva

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em Caetés, Pernambuco, no dia 27 de outubro de 1945, é um político brasileiro e presidente da República desde 1º de janeiro de 2003. Visando a participar de pleitos eleitorais, alterou judicialmente seu nome de Luiz Inácio da Silva. O político populista constrói sua identidade visando exatamente realçar a sua condição de homem do povo e reforçar a empatia mútua entre ele e as massas populares – massas estas que seriam o alvo preferencial das políticas sociais (Fome Zero, Bolsa-Família etc.) do futuro governo. Carrega consigo a história de uma vida sofrida típica do nordeste brasileiro. Vem para tentar a sorte em São Paulo e aos doze anos foi empregado em uma tinturaria, tendo depois exercido as profissões de engraxate e auxiliar de escritório. Seguindo para a indústria, Lula consegue uma vaga no curso de torneiro mecânico no SENAI, instituição brasileira de educação profissional. Emprega-se na metalúrgica Aliança, onde perde o dedo mínimo esquerdo numa prensa hidráulica. Sindicalizou-se no Sindicato dos Metalúrgicos, sendo eleito presidente do mesmo sindicato. Durante o movimento grevista, fundou o Partido dos Trabalhadores (PT). Foi detido por vinte dias nas instalações do DOPS paulista, durante o decurso de uma greve no ABCD. A partir desse momento, sua carreira como dirigente sindical se encerra e começa sua carreira política propriamente dita. Diante desta identidade com a história do povo brasileiro, Lula representou o desejo de mudança contra os modelos anteriores. Apresenta ao país um projeto de desenvolvimento nacional de paciência e perseverança, convidando a todos a enfrentar além do desemprego e a desigualdade social, um fato inaceitável em

⁷⁶ Idem, p.403.

um país tão rico, a fome de milhões de brasileiros – ponto-chave deste trabalho; momento de contextualização da pobreza, uma proposição que será retomada mais à frente. A identidade nacional é fundada nos preceitos de um país que pode fazer muito mais, assim como o próprio Presidente o fez: de retirante a supremo mandatário⁷⁷.

3.3 O discurso de posse

A compreensão do resultado final deste trabalho necessita do esclarecimento do porquê da correlação entre a retórica política e a pobreza foi realizada a partir dos discursos de posse de presidentes.

Uma posse carrega o sentido da mudança, uma solenidade de investidura em cargo público, um posto honorífico. Ou seja, um novo comando, se espera uma administração melhor que a anterior. A posse de um presidente, mais do que qualquer posse, carrega o desejo de mudança de uma nação. Milhões de vozes que democraticamente almejam um comandante que melhor represente o povo. Nas palavras de Mário Rosa:

A palavra de presidente é capaz de unir corações e mentes, formar elos, quebrar correntes, encantar apoiadores seduzir oponentes. Da posse à despedida, sua palavra será dita como aquela que mais influenciará o sentido de nossas vidas. O primeiro discurso é o maior momento da posse em si; traz consigo um desejo contido a se cumprir. É como uma luz no fim do túnel ao qual devemos seguir. É a esperança que tomará as ruas. É a vontade que invadirá a mente. É o anseio por mudança a percorrer o nosso subconsciente; a aflorar em meio às incertezas e a desaguar no agora, no presente. No Congresso, no Planalto, na Praça dos Três Poderes ou na TV. Será este discurso a entrar para história, pois traz em bojo sua razão de ser. Sob olhares e ouvidos atentos voltados a esse momento de reflexão e encantamento cabe ao orador dosar a energia, controlar a euforia, ministrar com alegria, e dar sentido a teoria. As propostas, os problemas, as respostas, os dilemas dão consistência ao discurso, a fim de manter ou alterar o curso da história. Todos anseiam por esse momento. Primeiro as cortesias, os elogios, os agradecimento. E em seguida a menção aos perigos, as ameaças, os inimigos. As advertências e o apelo à consciência não podem faltar, bem como as manifestações de apoio ao lado de quem se deseja estar. As crenças e os valores aguçam a imaginação,

⁷⁷ BONFIM, João Bosco Bezerra. Palavra de presidente – Discursos de posse de Deodoro a Lula. *Op. cit.* p.442.

podem significar maior ou menor aproximação. São importantes quanto as propostas, que constituem a resposta mais direta e consciente ao que o povo verá pela frente⁷⁸.

O discurso de posse do presidente é o primeiro contato do mandatário com sua nação após sua vitória nas urnas. É a afirmação, através da palavra do presidente, de que as suas promessas farão parte de sua agenda de trabalho; e também é a reafirmação do povo de que escolheu a pessoa que melhor lhe representará no cargo mais alto do poder de uma democracia. Por se tratar de um discurso de posse de um presidente – o mais alto cargo do país –, imediatamente é inserido naturalmente no consciente da nação o sentido do poder. A palavra do presidente estigmatiza o respeito pelo mais forte. Como afirma Rosa, o poder da palavra de um presidente necessita ser dosado, pois depois de lançada, a palavra falada não volta atrás.

Uma fala construtiva revela o grau de maturidade, transmite confiança e obtém melhores resultados perante a sociedade. Estimula, motiva, favorece a integração, abre espaço para o diálogo e enobrece o cidadão. Inspira alianças, sensibiliza os presentes, potencializa a esperança e nos permite estar cientes que as transformações ou as continuidades serão fruto de um processo amplo construído em prol da sociedade. O vocabulário do orador nos revela sua relação com o povo, com o novo, com a vida e nos convida a escolher se o melhor a fazer é acompanhar o desenvolvimento de suas atividades ou deixar as coisas acontecerem. Isso nos projeta a três tipos de pessoas: as que fazem acontecer, as que deixam acontecer e as que perguntam o que está acontecendo, de modo que, à medida de que o discurso vai amadurecendo, as pessoas vão tendo a oportunidade de projetar seus anseios e suas personalidades. Consultando a si mesma, podem imaginar a dimensão de suas responsabilidades, a capacidade de interpretar as suas vidas e as perspectivas de contribuir para uma nova realidade. A palavra do presidente deve estar em sintonia com os princípios que regem a dignidade humana e com os desafios apresentados na vida cotidiana. Ela dá início a uma série de interpretações, ações e reações que influenciarão na condução dos objetos e metas traçados pela nação⁷⁹.

⁷⁸ Idem, p.p.11-12.

⁷⁹ Ibidem, p.12.

3.4 O interjogo: retórica política x pobreza brasileira

3.4.1-A retórica de FHC

O discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso possui 121 parágrafos e 3.247 palavras que são carregadas de construções de valores e identidade. Fernando Henrique Cardoso, começa seu discurso identificando-se com o povo brasileiro e, ao mesmo tempo, valorizando cada cidadão – tanto presente fisicamente quanto o mais amplo. Trata-se de um discurso deliberativo, em que a persuasão está presente em função daquilo que de FHC pretende convencer a audiência. Vide os três primeiros parágrafos:

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo⁸⁰.

No decorrer de seu discurso, FHC constrói sua própria autoridade. Como se dissesse *sou um desses: lutador pela liberdade, democrático, desenvolvimentista, promotor da justiça social*⁸¹. E é a justiça social – citada por FHC do 38º ao 48º parágrafo – que interessa a esta monografia. FHC trata do tema pobreza como um grave problema da falta de justiça social no Brasil. O orador identifica-se na luta contra a injustiça social a luta que Joaquim Nabuco travou contra a escravidão, e faz da vontade que tiveram os abolicionistas no “mandato da raça negra” a sua vontade de enfrentamento contra a pobreza. Um objetivo a ser perseguido pelo orador: o seu grande desafio. Parágrafos 38º, 39º, 40º e 41º:

Falta a justiça social.

⁸⁰ Ibidem, p.404.

⁸¹ Ibidem, p.417.

É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um “mandato da raça negra”.

Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meio de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão, e por entender que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político⁸².

FHC se diz horrorizado – para não dizer envergonhado – com a injustiça social, um termo mais simpático e disfarçado do que o nexu pobreza. O orador ida com a arte do convencimento levando à tona valores e sentimento, utilizando a pobreza como uma motivação para sua atuação como líder do povo. A retórica que pretende persuadir a nação acerca do tema pobreza fica clara dos parágrafos 42° ao 45°:

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos – e ainda que não fossemos brasileiros – vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isso não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social.

Mas veio também, e em grande número dos excluídos; os brasileiros mais humildes que pagavam a conta da inflação, sem ter como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da previdência dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam da justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos – por eles eu devo em grande parte a minha eleição⁸³.

As proposições do orador ficam anunciadas e comprometidas nas declarações de intuitos em oferecer igualdade aos desiguais. Ou seja, fazer justiça – em outras palavras acabar com a pobreza. Vide os capítulos 46°, 47° e 48°:

Vou governar para todos. Mas se for necessário acabar com o privilégio de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.

⁸² Ibidem, p.407.

⁸³ Ibidem, p.408.

Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza.

Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir a responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do governo⁸⁴.

Mais à frente, o orador forma o par, menção ao problema e respectiva solução. Como se dissesse: a pobreza é fruto da injustiça social e nós vamos acabar com ela. Um momento do discurso que dá credibilidade ao orador, que usa a tônica da pobreza contra os homens. Capítulos 76º, 77º, 78º:

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O governo estará empenhado em programas e ações específicas neste sentido.

E se jogará por inteiro no grande desafio que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região, que é de todos e não apenas dos excluídos de diminuir as desigualdades até acabar com elas⁸⁵.

3.4.2 - A retórica de Lula

Desde o início de sua carreira política, Lula sempre construiu sua identidade realçando a empatia mútua entre ele e as massas populares. O discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva ressalta, por intermédio de 64 parágrafos e 3.926 palavras, a sua condição de homem do povo, que atribui a esse povo bastante poder para o cumprimento, junto a ele, dos propósitos em comum que visam a mudança do país. Trata-se de um discurso deliberativo, em que a persuasão está presente em função daquilo de que Lula pretende convencer a audiência, inclusive o fato de seu mandato ser direcionado pela voz do povo. Vide do parágrafo 2º ao 6º:

⁸⁴ Ibidem, p.408.

⁸⁵ Ibidem, p.408.

“Mudança”; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, invés de gerar crescimento produziu estagnação, desemprego e fome; diante da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do respeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de sonhadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, pra reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir á mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de brigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado não um simples ato de vontade, não um roubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro⁸⁶.

No decorrer de seu discurso, Lula refere-se a situações como a fome sem atribuir culpa a agentes identificáveis. Atribui a responsabilidade a uma situação, como o esgotamento de um modelo. E é a fome – citada por Lula do 10º ao 16º parágrafo – que interessa a esta monografia. Lula trata do tema pobreza como a fome de um povo que vive na miséria por consequência de um modelo egoísta que produziu a estagnação. O orador convoca a sofrida nação brasileira a travar um grande desafio em prol de um mutirão contra a fome – a face apelativa da pobreza. Parágrafos 10º, 11º e 12º:

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio as populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em suas histórias mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra fome.

⁸⁶ Ibidem, p.p 442-443.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão⁸⁷.

Lula se diz envergonhado com a fome, que é a miséria, uma face medonha da pobreza. Lula troca o termo pobreza pela palavra fome pelo fato de a fome ser um dispositivo de controle sobre o corpo. Quem tem fome tem que ser alimentado. E utiliza a fome, pobreza ou miséria como um motivo para sua atuação como representante de um povo. O orador lida com o convencimento ao levantar o sentimento da mudança, que deve ser feito por todos os brasileiros. Uma estratégia que dá força ao Estado. A retórica que pretende persuadir a nação acerca do tema pobreza fica clara nos parágrafos 13º e 14º:

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção do café no Vale do Paraíba, ma não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome teremos motivos de sobra para nos cobrirmos de vergonha⁸⁸.

As hipóteses do orador ficam anunciadas nas declarações de alvos de programas sociais. Ou seja, acabar com a fome junto à mobilidade da nação – em outras palavras: solucionar o problema da pobreza é um dever de todos. O momento em que o orador forma o par: menção ao problema e respectiva solução. Como se dissesse: a fome – a pobreza – é culpa de um modelo anterior e, nós, juntos, diante da mudança vamos acabar com ela. Um fator de vergonha para Lula e motivação para a sua governabilidade. Um momento do discurso que dá credibilidade ao orador, que usa da pobreza contra os próprios homens. Capítulos 15º e 16º:

⁸⁷ Ibidem, p. 444.

⁸⁸ Ibidem, p. 444.

Por isso, defini entre as prioridades do meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela a redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana⁸⁹.

Mais à frente, Lula volta a falar das potencialidades do Brasil. Uma maneira que o orador encontra de convocar a todos para a luta contra problemas, como a pobreza, ou se preferir, a fome. Lula se isenta da total responsabilidade pelo possível fracasso deste novo modelo, principalmente, a luta contra a fome. Um ato que concede forças a sua permanência no poder. Uma vez que o mandatário ilude a nação de que os resultados do novo projeto dependem do trabalho de todos. Vide capítulo 58° ao 62°:

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, de que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo da História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao no e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes de seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras meus irmãos e minhas irmãs de todo Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: Hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País⁹⁰.

⁸⁹ Ibidem, p.p. 444-445.

⁹⁰ Ibidem, p.p. 452-453.

3.5 - Análise dos discursos

A linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história⁹¹. Partindo desta afirmativa ao fazer uma análise mais a fundo dos textos dos dois discursos aqui analisados observa-se que o dizer não é propriedade particular. Como afirma Orlandi, as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa em “nossas palavras”. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo quais os sentidos se constituem nele⁹². A existência do já-dito é necessária para a compreensão do discurso, e é fundamental para a relação do sujeito com a ideologia. Outra concepção necessária para a compreensão dos discursos presidenciais é o fato de que os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas nas relações com a exterioridade, com as condições em que o discurso foi produzido. Devem-se considerar as condições de produção e as circunstâncias da enunciação do discurso presidencial, ou seja, o contexto imediato. A fórmula utilizada nos discursos presidenciais não muda muito, ao longo da história. Seguem uma configuração tradicional, como se verá a seguir.

Assim, varia o lugar físico e institucional de onde o empossado profere o discurso. O juramento perante o congresso foi feito por quase todos os presidentes, inclusive Lula e FHC. FHC assume a presidência da república diante de uma extinta inflação e o horror de uma injustiça social – a pobreza. Já Lula assume o poder em clima de mudança depois de 42 anos, assume novamente um presidente de oposição ao antecessor. Sua eleição guarda a consonância entre um movimento de libertação que se opõe à vergonha da fome – a pobreza.

Neste contexto, o primeiro ponto a ser analisado será a memória tanto de FHC quanto de Lula na produção de seus discursos de posse presidenciais. Ou seja, a memória de ambos quando pensadas em relação ao discurso é tratada como o interdiscurso. Uma memória discursiva, que é um saber discursivo, que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do já-dito sustentando cada

⁹¹ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. p. 25.

⁹² Idem, p.32.

tomada da palavra. Transversalmente tratado neste trabalho, o tema pobreza é contextualizado nos discursos através de um interdiscurso.

Discurso de FHC - parágrafo 38º ao 44º - Falta a justiça social.

É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um “mandato da raça negra”.

Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meio de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão, e por entender que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos – e ainda que não fossemos brasileiros – vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isso não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social⁹³.

Discurso de Lula - parágrafo 12º - Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão⁹⁴.

A partir dos dois discursos observa-se que FHC e Lula tratam do tema pobreza, apesar de defini-las de formas distintas – injustiça social e fome –, respectivamente, e de uma forma genérica. Ou seja, um problema que será solucionado. Como foi dito anteriormente, nos dois discursos a pobreza é tratada como um artifício para a motivação do presidente perante a audiência através do discurso. Assim, observa-se que o discurso de Lula ao tratar do tema pobreza, apesar de alegar uma consciência política de esquerda, carrega valores mais fortes. Valores que vem pela história, que não pedem licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua marcada pela ideologia e pelas

⁹³ BONFIM, João Bosco Bezerra. Palavra de presidente – Discursos de posse de Deodoro a Lula. *Op. cit.* p.407.

⁹⁴ Idem, p. 444.

posições relativas ao poder⁹⁵. Efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades.

A exemplo de Lula, que vinculou em seu discurso sentidos preexistentes da pobreza já constituídos a partir do discurso de FHC, que também se utilizou do interdiscurso sacando de outros dizeres novas formulações para o discurso. O interdiscurso remete o tema pobreza a uma filiação de dizeres, a uma memória, que permite identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. Neste contexto dos discursos presidenciais, é o interdiscurso todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que os presidentes dizem. Para que as palavras dos presidentes tenham sentido é preciso que elas já façam sentido na história. É preciso que o que foi dito nos discursos de FHC, Getúlio Vargas, Deodoro da Fonseca, e tantos outros discursos presidenciais, em um momento particular se apague na memória do auditório para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido nas palavras de Lula.

No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome⁹⁶. No interdiscurso o esquecimento é estruturante. Produz ao auditório a impressão da realidade do pensamento. Como no exemplo de dois trechos retirados dos discursos presidenciais de Lula e FHC, quando estes se referem na maneira como o tema pobreza será tratado em seus respectivos governos.

Discurso de FHC - parágrafo 39° e 42° -É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo⁹⁷.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos – e ainda que não fossemos brasileiros – vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isso não pode continuar⁹⁸!

Discurso de Lula - parágrafo 15° e 13° - Por isso, defini entre as prioridades do meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”⁹⁹. Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção do café no Vale do Paraíba, ma não

⁹⁵Ibidem, p.32

⁹⁶ Ibidem, p.34

⁹⁷ Ibidem, p.407.

⁹⁸ Ibidem, p.408.

⁹⁹ Ibidem, p.p. 444-445.

venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim¹⁰⁰.

O tema pobreza tratado por Lula como prioridade de seu governo só faz sentido como linguagem, porque o que FHC falou há oito anos atrás, com o mesmo raciocínio, caiu no esquecimento. Ao se tratar de discursos presidenciais estamos de frente com o chamado esquecimento ideológico. Ele é a instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual o auditório – público ouvinte – e o próprio presidente são afetados pela ideologia. Por esse esquecimento se tem a ilusão de que o discurso do presidente é a origem do pensamento quando, na realidade são retomados sentidos pré-existentes. Na realidade, embora se realizem nos presidentes, os sentidos contextualizados nos discursos presidenciais a respeito do tema pobreza apenas se representam como originando-se deles pela maneira como a pobreza se inscreve na língua e na história e é por isso que significam, e não pela vontade dos presidentes. Um esquecimento é involuntário. É assim que as palavras dos presidentes adquirem sentidos, é assim que os presidentes se significam, retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles. E é assim que os sentidos e os sujeitos estão sempre em movimento. Sempre as mesmas, mas ao mesmo tempo sempre outras.

Na relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação¹⁰¹, se deduz que há uma semelhança entre o já-dito e o que está se dizendo. Assim, o intradiscurso em um discurso presidencial é aquilo que o presidente está dizendo naquele momento dado, em condições dadas a partir da constituição dos sentidos de seu discurso – o interdiscurso. Nas palavras de Orlandi:

A paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem, uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos

¹⁰⁰ Ibidem, p. 444.

¹⁰¹ Ibidem, p.32

distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. Esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo discurso é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia¹⁰².

Mas qual será a brecha que permite o sujeito – o presidente da república – significar-se por meio de palavras e discursos que já possuem significados? Para entender a resposta para esta questão é necessário compreender da relação deste contexto com os processos parafrásticos e polissêmicos. Um jogo entre o mesmo e o diferente, entre o já dito – paráfrase – e o a se dizer – polissemia. Uma relação em que os sujeitos e os sentidos se movimentam e fazem seus percursos e se significam. A resposta para a questão acima se justifica no fato de que para que os sujeitos e os sentidos se movimentem é necessária uma transformação, que existe graças ao fato da língua ser sujeito ao equívoco e a ideologia ser um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso a incompletude é a condição da linguagem¹⁰³. Por meio da paráfrase o sujeito se significa em prol da polissemia. Um exemplo deste jogo entre a paráfrase e a polissemia, são os trechos do parágrafo 2º ao 6º do discurso de Lula. Onde Lula utiliza do discurso de FHC, aproveita os erros e se significa através das falhas da ideologia de FHC.

“Mudança”; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, invés de gerar crescimento produziu estagnação, desemprego e fome; diante da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do respeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de sonhadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, pra reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para

¹⁰² Ibidem, p.33

¹⁰³ Ibidem, p.37

imprimir á mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de brigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado não um simples ato de vontade, não um roubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro¹⁰⁴.

3.5.1-Tipos de discurso

A atividade do dizer é tipicamente. Todo falante, quando diz algo a alguém, estabelece uma configuração para seu discurso. Não há discurso sem configuração como não há fala sem estilo¹⁰⁵. Nota-se diferenças quanto aos tipos de discursos analisados nesta monografia. Para início de conversa tanto FHC quanto Lula buscam uma identidade junto ao seu público ouvinte – tanto presente fisicamente quanto ao mais longe –, dando brechas para uma dialética, porém no decorrer da construção dos discursos presidenciais, ambos os tipos de discursos se distinguem.

O presidente FHC ao iniciar seu discurso abre oportunidade para uma dialética para com o seu auditório, mas com o decorrer do discurso introduz uma linha autoritária às suas falas. Ele controla a polissemia em suas frases, mas nem por isso deixa de lançar mão do interdiscurso. Como nos parágrafos 1º, 2º, 3º; 46º, 47º, 48º; 38º, 39º, 40º, 41º:

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo o sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido livre e justo¹⁰⁶.

Vou governar para todos. Mas se for necessário acabar com o privilégio de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.

¹⁰⁴ BONFIM, João Bosco Bezerra. Palavra de presidente – Discursos de posse de Deodoro a Lula. *Op. cit.* p.p 442-443.

¹⁰⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996, p.153.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p.404.

Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza.

Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir a responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do governo¹⁰⁷.

Falta a justiça social.

É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um “mandato da raça negra”.

Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meio de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão, e por entender que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político¹⁰⁸.

Como foi observado FHC dá início a um *discurso polêmico*, mas no decorrer de suas fala assume um *discurso autoritário*, e chama toda a responsabilidade para si.

Já o discurso de Lula assume um *discurso polêmico*, deliberativo, uma vez que chama o auditório a realizar com ele as proposições arroladas no seu discurso. Lula retira de suas costas todo o peso da responsabilidade de governar o país. Como será retomado logo abaixo, nota-se que é como se Lula dissesse: somos todos responsáveis pela mudança. Se fracassar este novo modelo a culpa é de todo o Brasil. Como se observa nos capítulos 16°, 58°, 59°, 60°, 61° e 62°.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela a redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana¹⁰⁹.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, de que nós podemos muito mais.

¹⁰⁷ Ibidem, p.408.

¹⁰⁸ Ibidem, p.407.

¹⁰⁹ Ibidem, p.p. 444-445.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo da História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao não e à invenção, mas, sobretudo pelos dons e poderes de seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo Brasil, pode ser resumido em poucas palavras¹¹⁰.

¹¹⁰ Ibidem, p.p. 452-453.

Conclusão

A pobreza é e continuará sendo o pesadelo dos brasileiros. Os discursos presidenciais – o primeiro contato do demagogo com seu auditório – é a ferramenta que demonstra que não há limites éticos na arte do convencimento, uma vez que a pobreza é o flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens¹¹¹. A pobreza como uma demanda social e econômica é conseqüência da falta de vontade política em tornar o sujeito consciente e produtivo, o que enrijece a mobilidade social. Um verdadeiro genocídio comandado pelo interesse eleitoreiro sustentado pela vaidade da elite brasileira que domina a adormecida massa de pobres políticos. Observado nos discursos de posse, a pobreza é um artifício das conclamações dos políticos brasileiros. Uma astuciosa engrenagem que se aproveita dos avatares da pobreza – mencionada em discursos presidenciais sob diversos aspectos – como um fator de vergonha para o orador – o presidente eleito – e motivação para sua atuação¹¹². As lideranças brasileiras encontraram na pobreza a maneira mais eficaz de ludibriar o “povo brasileiro”, que no decorrer de uma república de promessas não consegue se salvar do atoleiro da miséria.

A pobreza é então uma ferramenta que Lula, assim como FHC, utiliza para se manter no poder. Por mais que ambos convoquem a mobilidade da nação em prol da extinção da pobreza, ambos enrijecem a mobilidade social desta nação órfã da lucidez política, ludibriada ante uma situação em que os mandatários fabricam a pobreza contra outros homens.

É interessante observar que mesmo que os dois oradores tenham distintas ideologias e defendam diferentes interesses a estrutura dos discursos é similar. A fórmula é idêntica. Mesmo que com viés distintos, tanto FHC quanto Lula chegam a um mesmo resultado: o da pobreza como um mal que afronta os outros homens. Daí a conclusão, nem FHC e nem Lula dão origem aos seus discursos. A humanidade, independente de sua condição social, obedece a uma ordem de discursos. Todos os discursos, inclusive os dois analisados nesta

¹¹¹ CASTRO, Josué. Geografia da Fome. Disponível em: < <http://www.josuedecastro.com.br/>>. 16 abril 2006.

¹¹² BONFIM, João Bosco Bezerra. Palavra de presidente – Discursos de posse de Deodoro a Lula. *Op. cit.* p.35.

monografia, são feitos a partir de outros discursos denotando que a interdiscursividade faz oscilar a cadeia de sentidos mesmo quando estes resistem repondo-se os mesmos dizeres. Mesmo que os discursos presidenciais sejam conclamados de cima para baixo, todos são, como explica Michel Foucault, assujeitados pelo discurso.

Anexos

I – Íntegra do discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso

Brasília, 1º de janeiro de 1995

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

Discurso de Posse do
Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
no Congresso Nacional
Brasília, 1 de janeiro de 1995

*Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional;
Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;
Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros;
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados;
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal;
Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras;
Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa;
Excelentíssimos Senhores Senadores,
Excelentíssimos Senhores Deputados,
Altas Autoridades da República,
Senhoras e Senhores,*

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos "tenentes" revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do "petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano.

Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social.

Mas a História dá voltas que nos confundem.

Os "anos dourados" de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram então anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E depois nem isso, mas somente o legado - este sim, para todos - de uma dívida externa que amarrou a economia, e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 80.

Assim eu vi meus filhos nascerem meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, liberdade e justiça - justiça, liberdade e desenvolvimento - andariam juntos nesta terra.

Eu nunca duvidei que esse dia chegaria.

Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadões para liberar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos.

Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este País vai dar certo!

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos - pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo, - mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.

Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranqüilidade, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos fará abrir mão dela.

Recuperamos a confiança no desenvolvimento.

Não é mais uma questão de esperança, apenas.

Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda.

Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento.

As condições internacionais são favoráveis.

O peso da dívida externa já não nos sufoca.

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes - as pessoas e empresas que produzem riqueza resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação.

Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades.

Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias.

Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico.

Chegou o tempo de crescer e florescer.

Mais importante: hoje nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos.

Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação.

Devemos isso, não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao Presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.

No momento em que deixa o governo cercado da estima que fez por merecer, agradeço em nome da Nação a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou.

Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.

A isto eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da Nação.

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.

Falta a justiça social.

É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra".

Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão, e por entender que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos - e ainda que não fossem brasileiros - vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isto não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social.

Mas veio também, e em grande número dos excluídos; os brasileiros mais humildes que pagavam a conta da inflação, sem ter como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos - a eles eu devo em grande parte a minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.

Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza.

Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do governo.

Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil, e têm pressa para vê-lo cada vez melhor.

Também vemos com satisfação que aumenta o interesse de outros países pelo Brasil.

Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior.

Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta, e por vezes mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia.

Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir.

Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado.

Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la.

Como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil.

Nesse sentido, atribuirei ao Estado-Maior das Forças Armadas novos encargos, além dos já estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas, com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às demandas do futuro.

No mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia - a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional - e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis.

Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional.

O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto.

Temos identidade e valores permanentes, que hão de continuar se expressando em nossa política externa.

Continuidade significa confiabilidade no campo internacional.

Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.

Não devemos, contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem.

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem.

É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos.

É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como Nação soberana, neste mundo em transformação, envolvendo no debate a Chancelaria, o Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais.

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação, e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e o combate às formas de criminalidade internacional.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença, tanto política como econômica. Condição que tanto nos permite aprofundar nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafra, da Ásia do Pacífico. E ainda identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid.

Sem esquecer das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que por sua dimensão continental enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem-sucedidos do planeta no próximo século. E estou convencido de que os únicos obstáculos importantes que nós enfrentaremos para ocupar esse lugar vêm dos nossos desequilíbrios internos - das desigualdades externas entre regiões e grupos sociais.

Sabemos que o desenvolvimento de um país, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente.

À sua gente e à sua cultura. Num mundo em que a comunicação é global e instantânea, e ao mesmo tempo os públicos se fragmentam e especializam-se, a identidade cultural toma-se o cimento das nações.

Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena.

Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo. Quero prestigiá-los e dar-lhes condições para que sejam construtores da cidadania. Pois a cidadania, além de ser um direito do indivíduo, é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido.

E se jogará por inteiro no grande desafio que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região, que é de todos e não apenas dos excluídos de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas. Mas a saúde tem que ser encarada - e assim vai ser no meu governo principalmente como prevenção da doença, e não só a cura da doença. Uma visão moderna da saúde inclui saneamento básico, vacinação em massa, alimentação adequada, esporte para todos.

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor - e a recuperação dos seus salários, principalmente no ensino básico. É muito mais do que isso.

É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos.

Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos", se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento para viver no ritmo da modernidade.

Chega de construir escolas faraônicas, e depois enchê-las de professores mal pagos e mal preparados, junto com estudantes desmotivados e sem condições materiais e psicológicas para terem um bom aproveitamento.

Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual. Que os meios modernos de comunicação nos ajudem nessa tarefa.

Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TV's numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural.

Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo.

Isto vai demandar uma ampla reorganização da máquina do governo.

A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do governo, principalmente na área social.

As CPI's do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos.

Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público.

Isso não me assusta.

Sei que terei o apoio da maioria da Nação. Inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público.

O apoio mais importante, na verdade, não é ao governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil.

Esta verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade.

O governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel.

Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis - algumas das quais apontei em meu discurso de despedida do Senado - e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos.

Precisamos costurar novas formas de participação da sociedade no processo das mudanças.

Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa.

Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor. Mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para exercício da cidadania.

O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade.

É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante.

Nós, brasileiros, somos um povo solidário.

Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o governo e comunidade para varrer o mapa do Brasil a fome e a miséria.

Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens.

Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais.

Às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito e oportunidades de educação e de trabalho.

Às minorias raciais e a algumas quase maiorias - aos negros, principalmente - que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade.

Aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade.

Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania em busca da igualdade.

E a nossa esperança de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza.

Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento.

Ao povo do meu país que, generoso e determinado, elegeu-me já no primeiro turno.

A tantos que me acompanham nas lutas políticas.

À minha família, que soube compreender os desafios da História.

Ao Congresso a que pertenci até hoje, e que nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República.

Aos Chefes de Estado e às delegações estrangeiras de países amigos que vieram prestigiar este ato.

Aos nossos convidados.

A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.

Eu os convoco para mudar o Brasil.

Muito obrigado.¹¹³

¹¹³ Idem.

II – Íntegra do discurso de posse de Lula

Brasília, 02 de janeiro de 2003

Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República José Alencar; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado; Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse. "Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro

grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem - muito bem - deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado.

Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infraestrutura voltada para o escoamento da produção. Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil. Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência. Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a

contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós. Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor. O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável.

Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo, onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento.

Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico.

Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis.

Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional. Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o

País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença. O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera.

O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer. Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!¹¹⁴

¹¹⁴ Ibidem.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Xenia. As metáforas da fome. Disponível em: <<http://www.xenia.com.br>>. 23 abril 2006.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. Palavra de presidente – Discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE Editora, 2004.
- CASTRO, Josué. Geografia da Fome, 1946. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro. Última Edição - Gryphus, RJ, 1992.
- DEMO, Pedro, 1941. Pobreza política. Campinas: autores associados, 1996 – (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.27).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.
- FLAUSINO, Márcia Coelho. Texto desenvolvido como parte das atividades do Núcleo de Estudos de Análise de Discurso do UniCEUB. 2º semestre de 2002.
- GUERTECHIN, Thierry. População e pobreza. Brasília: Edições Loyola, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PACHECO, Gustavo de Britto Freire. Retórica e Nova Retórica: A Tradição Grega e a Teoria da Argumentação de Chaim Perelman. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/pet_jur/c1gpache.html>. Acesso em: 20 abril 2006.
- PRATT, Mary Louise. Literatura e História: perspectivas e convergências. EDUSC, 1999, p. 18.
- REBOUL, Olivier, 1925. Introdução a Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/schwarz>>. Acesso em 16 abril 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SOARES, Murilo César. "Retórica e Política", in Revista Comunicação & Política, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Superiores Latino-Americanos, 1996, n.s., v.3, n.2.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001.

VERGNIAUD, Luis. As raízes da pobreza. Carta APEC, nº919 janeiro 1994.

Weber, Max. A política como vocação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 21 abril 2006.